

## O CONCEITO DE NOME PRÓPRIO: UMA QUESTÃO LINGUÍSTICO-FILOSÓFICA

Stefania Montes HENRIQUES (PPGEL/CAPES-DS)

Universidade Federal de Uberlândia

[temontess@gmail.com](mailto:temontess@gmail.com)

**Resumo:** A questão da referência na linguagem é discutida desde a Antiguidade Clássica – com o diálogo Crátilo de Sócrates - e envolve conceitos importantes, tais como o de arbitrariedade, língua e linguagem. Ao admitirmos, por exemplo, que a língua possui como única função representar o mundo, podemos cair na armadilha de considerá-la somente como nomenclatura, sem levar em consideração suas especificidades. Entretanto, se aceitarmos que algumas categorias linguísticas possuem a característica de “estar por objetos” e outras não, é possível encontrar um ponto de encontro entre uma ordem inerente à língua – sem relações extralinguísticas – e uma ordem que possibilite o estabelecimento de uma relação entre as palavras e as coisas. Neste trabalho, pretendemos investigar o conceito de nome próprio na medida em que ele é, ao nosso ver, a categoria linguística que mais se enquadra na possibilidade de se pensar uma relação entre a língua e o mundo. Nosso percurso teórico consistirá nos estudos da Filosofia Analítica da Linguagem e da Linguística, passando por autores como Gottlob Frege, P. F. Strawson, F. de Saussure e É. Benveniste. Pretendemos assim, compreender de que maneira o conceito de nome próprio é entendido nas Ciências da Linguagem e, se há a possibilidade de se pensar uma teoria linguística que abarque a sua especificidade.

Palavras-chave: nome próprio; Saussure; referência;

### Introdução

A noção de nome próprio toca em uma das problemáticas mais espinhosas das Ciências da Linguagem: há relação entre as palavras e as coisas? Se a resposta for afirmativa, qual é sua natureza e em que circunstâncias ocorre? Poderíamos afirmar que é por intermédio dessa categoria linguística que há a possibilidade de se pensar em uma relação entre a língua e o mundo? Mas, admitir que existe essa relação implica em reduzir a língua à uma nomenclatura?

Todas essas questões já foram discutidas por diversos linguistas e filósofos da linguagem, entretanto, não há consenso sobre a função dos nomes próprios. Muitas abordagens teóricas nem citam essa categoria linguística, o que nos leva a crer que se faz necessária uma discussão teórica acerca da noção de nome próprio. Nesse trabalho serão explicitados alguns teóricos que tratam desse problema, fundamentando-se em perspectivas distintas, a saber, na Linguística e na Filosofia da Linguagem. Sabemos que essas duas correntes teóricas possuem grandes diferenças na análise de seu objeto de estudo e, principalmente, no que diz respeito aos objetivos pretendidos com essa

análise. Entretanto, é válido afirmar que elas contribuem, cada uma à sua maneira, no desenvolvimento de um estudo detalhado sobre o conceito de nome próprio.

Sabe-se que a relação entre as palavras e as coisas é discutida desde a Antiguidade Clássica e permanece, até hoje, sem uma explicitação satisfatória, na medida em que é um tema abrangente e que pressupõe uma infinidade de outros termos não menos problemáticos, como por exemplo: sentido, significado, linguagem, denotação, verdade, nome próprio etc. Podemos afirmar que aceitar ou negar a ligação entre as palavras e os objetos implica em um posicionamento teórico no que diz respeito ao conceito de língua: caso essa relação seja aceita sem restrições, a língua será considerada como uma lista de nomes que se referem a objetos. Se, ao contrário, essa relação é categoricamente negada, tem-se o afastamento da categoria linguística dos nomes próprios.

Na Filosofia da Linguagem, com Gottlob Frege, por exemplo, há uma valorização de referência no artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência* (1978). Nesse artigo, Frege tem como objetivo explicitar de que maneira essa relação acontece na linguagem, especificamente nos nomes próprios e nas sentenças assertivas. Em contrapartida, na linguística saussuriana essa mesma relação é distanciada do funcionamento da língua e relegada a uma ordem extralinguística, sem interferir na construção dos sentidos das palavras. Percebe-se – ao menos com essa primeira comparação – que não há consenso sobre a função desempenhada pela categoria linguística do nome próprio na língua.

Nesse artigo, pretendemos analisar o conceito de nome próprio nas Ciências da Linguagem e perceber quais as semelhanças e diferenças encontradas na Filosofia da Linguagem e na Linguística no que diz respeito a essa categoria linguística. Nosso percurso teórico consistirá nos seguintes autores: Gottlob Frege e P. F. Strawson, da Filosofia Analítica da Linguagem, e F. de Saussure e É. Benveniste, da Linguística. A escolha desses autores justifica-se na medida em que todos eles teorizaram sobre a questão do nome próprio, sendo que em alguns essa categoria linguística obteve lugar de destaque e, em outros, não possui tanta relevância teórica. Para tal, esse artigo será dividido em três partes, a saber: i. explicitação da concepção de nome próprio na Filosofia da Linguagem; ii. discussão desse conceito na Linguística sob a luz de novas pesquisas em F. de Saussure e, por fim, iii. uma conclusão que abarque a complexidade do problema e a necessidade de uma discussão aprofundada sobre a categoria linguística dos nomes próprios e geográficos.

Porém, antes de iniciarmos a explicitação das teorias desses autores, faz-se necessária a conceituação do termo “nome próprio”. Além disso, cabe aqui uma ressalva: o ponto de vista que embasará nossa análise será estritamente investigativo, não afirmaremos ou negaremos a existência de uma relação entre as palavras e os objetos, apesar de que, enquanto falantes de uma língua, admitimos essa relação intuitivamente<sup>1</sup>.

## 1. O conceito de nome próprio

De acordo com Branquinho & Murcho, os nomes próprios são

---

<sup>1</sup> Se indagarmos a um falante qualquer da língua portuguesa ao que ele se refere quando pronuncia a sequência de sons m-e-s-a, ele nos responderá que é ao objeto “mesa” – uma mesa específica ou um objeto que atenda às características inerentes à uma mesa – o que nos leva a crer que para ele a relação estabelecida entre o signo em questão e o objeto por ele designado é intuitiva.

expressões linguísticas que formam uma subclasse própria da classe dos DESIGNADORES, ou termos singulares, ou ainda expressões referenciais singulares. Essas são expressões empregadas com o propósito de referir, relativamente a dado contexto de uso, um e um só item ou objeto específico. (MURCHO et al, 2006, p. 540).

Assim, os nomes próprios fazem parte de um conjunto de expressões linguísticas que possuem como função principal “estar por objetos”. Esse conjunto de expressões, o qual os autores denominam de “classe dos designadores”, abarca várias expressões que, quando utilizadas, referem-se a um único objeto. Os nomes de espécie, por exemplo, referem-se a objetos ou eventos, mas não estabelecem a relação de referência da mesma maneira que os nomes próprios e geográficos. Observe as duas sentenças abaixo:

- (a) Maria é uma criança feliz.
- (b) A cadeira é de madeira.

Nessas duas sentenças os nomes “Maria” e “cadeira” designam objetos. Podemos afirmar que é essa a característica fundamental da categoria linguística dos nomes: estar pelo objeto, o que quer e qualquer que ele seja (BRITO, 2003, p. 25). Entretanto, há maneiras distintas de um nome designar um objeto. Na sentença (a), por exemplo, ao proferir o nome Maria, refiro-me a uma pessoa determinada que recebeu esse nome. Em contrapartida, ao proferir a sentença (b), o nome “cadeira” refere-se a qualquer objeto que atenda as características inerentes a uma determinada classe. Assim, na segunda sentença a referência do nome pode ser qualquer objeto que possua as características de uma cadeira e não uma cadeira determinada. Estamos diante da seguinte distinção: nomes próprios e nomes de espécies. Os primeiros seriam nomes que possuem uma denominação imotivada e designam um objeto determinado. Não há, portanto, nenhuma característica de “marizice” que motive o nome da criança da sentença (a). Os nomes de espécie, por sua vez, designam todos os objetos que possuem determinadas características para serem classificados como pertencentes a uma espécie (cf. BRITO, 2003, p. 27). Dessa forma, um objeto só será denominado como “mesa” se, e somente se, possuir as características pertencentes a essa espécie de objeto. Outros termos também serão considerados como pertencentes à categoria dos nomes se aceitarmos que o pressuposto para tal é se referir aos objetos. Assim, termos indexicais – ou indicadores de subjetividade, na terminologia benvenistiana – como “eu” e “tu” e expressões dêiticas como “isto” e “aquilo” também designam um objeto quando proferidos em uma sentença. Os termos de massa (água, ouro) e as descrições definidas também fazem parte da categoria dos nomes. Os termos de massa caracterizam-se por estarem distribuídos em vários lugares do mundo ao mesmo tempo: o objeto água, por exemplo, pode ser encontrado em várias regiões, mas mesmo assim é o mesmo objeto, tem a mesma composição química, etc. As descrições definidas, por sua vez, possuem atributos que definem o objeto que é referido. Dessa forma, a descrição definida “A capital da França” refere-se à cidade de Paris.

Nesse trabalho, entretanto, serão considerados apenas os nomes próprios e os nomes geográficos, visto que os autores escolhidos possuem teorizações acerca dessas categorias linguísticas.

## 2. O nome próprio na Filosofia da Linguagem: Frege e Strawson

Gottlob Frege, um dos precursores da Filosofia Analítica da Linguagem, é considerado por alguns autores como o responsável pela reorientação da filosofia, ao reconhecer que pela análise da linguagem é possível chegar à análise do pensamento. Além disso, Frege tentou sistematizar a relação entre linguagem e referência com o ideal de criar uma língua perfeita, livre de ambiguidades, para a constituição do discurso científico. No artigo “Sobre o sentido e a referência” temos que o autor efetua uma sistematização da relação entre linguagem e realidade de maneira mais explícita, entretanto, o problema da referência nas línguas naturais é uma preocupação constante em toda sua obra, tendo em vista que, em sua tentativa para fundamentar a matemática, deparou-se com os problemas de linguagem.

Eu parti da matemática. A mais premente necessidade, parecia-me, era dotar essa ciência de uma melhor fundamentação... As imperfeições lógicas da linguagem atravessaram-se no meio do caminho de tais investigações. Eu tentei contornar esses obstáculos com a minha conceitografia. Nesse caminho fui levado da Matemática para a Lógica. (FREGE, *apud* CAMPOS, 2004, p. 49).

A necessidade primeira de Frege seria, então, fundamentar a matemática. Entretanto, ao efetuar esse trabalho o autor deparou-se com alguns problemas de linguagem, por exemplo, o conceito de *função*. A partir daí, viu-se forçado a focar seus estudos em uma análise lógica da linguagem, acreditando que ao resolver os problemas de sentido das palavras estaria, conseqüentemente, resolvendo os problemas da matemática. Nesse caso, a maneira com que ele se dispõe a solucionar o problema encontrado é o artifício de tomar a linguagem como objeto de estudo, com o intuito de criar uma linguagem sistemática e lógica que elimine as ambiguidades – causadas pela incapacidade de precisão da linguagem ordinária.

Esse deslocamento será fundamental para o surgimento de uma nova corrente filosófica na qual os problemas filosóficos perderiam a gravidade ao serem submetidos a uma análise lógica dos termos dos quais são compostos. Portanto, o interesse da filosofia torna-se o ato de submeter a linguagem a um estudo interno, levando em consideração seu referente, e tomando-a como objeto e “instrumento” de investigação. Se, com efeito, a abordagem filosófica de determinado problema consiste em elucidar algumas definições utilizadas para a formulação desse problema, a filosofia seria assim, conduzida a uma análise linguística do sentido das palavras.

Dessa forma, Frege chega à conclusão que a linguagem natural não satisfaz os critérios necessários para a constituição do discurso científico, como por exemplo a exatidão e o compromisso com a verdade. Assim, o autor utiliza como justificativa para a criação de sua conceitografia, a comparação do olho humano e do microscópio: o primeiro adequa-se facilmente a níveis diferentes de luz, de distância e ângulos de visão. Entretanto, quando há a necessidade de obter uma visão precisa sobre certo objeto, recorremos ao microscópio, que nos proporciona um ângulo de visão mais detalhado. A linguagem natural seria, portanto, comparável ao olho humano enquanto que a linguagem logicamente perfeita seria aquela que oferece uma segurança maior e, conseqüentemente, deve constituir o discurso científico.

Mas em que sentido o nome próprio participa da teoria fregeana? No artigo anteriormente citado, Frege (1978) estabelece que o nome próprio é a categoria lógica que estabelece uma relação com os objetos presentes no mundo. De acordo com esse autor, a relação estabelecida entre o nome próprio e o objeto é intermediada pelo sentido, que seria nessa acepção, o modo de apresentação do objeto. Todos os indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade linguística só conseguem

referir aos objetos do mundo – e serem entendidos – por que o modo de apresentação do objeto é apreendido coletivamente. Assim, temos que a teoria da referência fregeana é contrária ao que seria posteriormente chamado de “teoria da referência direta” ou, ainda, “teoria ingênua da referência”.

A partir do momento que Frege (1978) estabelece a relação entre sentido, referência e nome próprio, ele tem as ferramentas necessárias para a execução de sua proposta sobre a “língua perfeita”. Em uma ciência, cada nome próprio deve corresponder a um objeto determinado e ter um sentido que é apreendido coletivamente, para que, dessa forma, o discurso científico não possua ambiguidades. Apesar de ser muito criticado pela sua concepção de linguagem natural como “ferramenta imperfeita”, o único propósito de Frege era solucionar os problemas de linguagem presentes nas teorias científicas visto que esses problemas acarretavam em problemas filosóficos.

Peter Frederick Strawson é considerado, ao lado de John L. Austin, um dos filósofos mais importantes da Escola de Oxford. Dentre seus vários trabalhos, que tinham como foco a filosofia da lógica e a metafísica, destaca-se o artigo *On referring* (1950) no qual é exposta uma crítica à teoria das descrições de Bertrand Russell. O ponto de partida dessa crítica é a distinção entre pressuposição e implicação. Para Strawson, afirmar algo sobre uma determinada entidade pressupõe a existência dessa entidade, mas não implica que, de fato, essa entidade exista: referir não é assertar, embora façamos referência com o objetivo de assertar (STRAWSON, p. 271, 1980). Dessa forma, ao predicar algo do nome próprio “Papai Noel”, eu pressuponho que exista, em algum lugar, alguém que se chama Papai Noel e que tem determinados predicados, tais como ser um senhor gordinho, barbudo e entregar presentes no natal.

Nesse caso, eu me refiro a uma determinada entidade. Entretanto, a relação de referência, para Strawson(1980) não implica na existência dessa entidade, ou na verdade/falsidade desse enunciado: quando eu profiro a sentença “Papai Noel virá no Natal” não há afirmação/negação da existência de Papai Noel. Podemos afirmar que, nesse ponto há uma aproximação entre Strawson(1980) e Frege(1978). Isso por que a relação de referência permanece inalterada e o próprio conceito de pressuposição é o mesmo. Entretanto, há também um distanciamento, na medida em que a pressuposição não implicará, para Strawson(1980), a afirmação da existência de uma entidade.

O que nos interessará, especificamente, nesse tópico, é a maneira com que Strawson percebe os elementos indexicais e os nomes próprios. Segundo o autor:

Com muita frequência, utilizamos certos tipos de expressões para mencionar ou fazer referência (*refer*) a alguma pessoa individual ou objeto singular, ou a um acontecimento em particular, ou lugar ou processo, ou fazer algo que descreveríamos, normalmente, como a execução de um enunciado (*statement*) acerca daquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. Chamarei esse modo de utilizar expressões de utilização referencial individualizante. As classes de expressões que com maior frequência se utilizam dessa maneira são: pronomes demonstrativos singulares (‘isto’ e ‘aquilo’); nomes próprios (por exemplo, ‘Veneza’, ‘Napoleão’, ‘João’); pronomes pessoais e impessoais no singular (‘ele’, ‘ela’, ‘eu’, ‘tu’, ‘ele’); e frases que começam com o artigo definido seguido por um substantivo, qualificado ou não, no singular (por exemplo, ‘a mesa’, ‘o homem velho’, ‘o rei da França’). (STRAWSON, 1980, p. 261).

Em outras teorias sobre os nomes próprios e os dêiticos, aceitava-se que, apesar da relação de referência ser a mesma – entre signo e objeto –, os dêiticos e os nomes

próprios efetuavam-na de maneiras distintas: os nomes próprios seriam signos plenos, e assim sempre teriam uma mesma referência, enquanto que os elementos indexicais seriam signos vazios que só teriam referência no momento da enunciação<sup>2</sup>. Entretanto, sob a perspectiva de Strawson, ambas as classes efetuam referência da mesma maneira – a *utilização referencial individualizante* – que é caracterizada pelo uso que fazemos dessas expressões. Afirmar isso implica dizer que a expressão não efetua a referência por si mesma, mas só quando é executada em um enunciado, inserida em um determinado contexto. Dessa forma,

‘Mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão. Mencionar ou fazer referência a alguma coisa é uma característica de uma utilização de uma expressão, assim como ‘ser acerca de’ algo e verdade-ou-falsidade são características de uma utilização de uma sentença. (STRAWSON, 1980, p. 266).

Nessa perspectiva, afirmar que um nome próprio ou elemento indexical possui referência só pode acontecer se a utilização desse termo for levada em consideração. Fora de um contexto de uso, o nome próprio “João”, por exemplo, não designa nenhum objeto particular. O processo de referência só acontecerá, nesse caso, se analisarmos quem proferiu o nome “João” qual era seu objetivo, quem era seu interlocutor, qual a situação de discurso e sob que regras convencionais ele o fez. Outro aspecto que deve ser citado aqui é o fato de que Strawson considera os pronomes demonstrativos como as expressões fundamentais da referência. Segundo ele, mesmo os nomes próprios e as descrições identificadoras são amparadas por demonstrativos:

Pois mesmo que o indivíduo em questão não possa ser ele mesmo identificado demonstrativamente, ele pode ser identificado por uma descrição que o relaciona univocamente a outro particular que, por sua vez, pode ser demonstrativamente identificado. (...) Identificação não demonstrativa deve repousar seguramente sobre identificação demonstrativa. Toda descrição identificadora de particulares deve incluir, no final das contas, um elemento demonstrativo. (STRAWSON, 1959, p. 21-22 *apud* BRITO, 2003, p. 62).

Dessa forma, Strawson considera que não só os pronomes demonstrativos são fundamentais para o estabelecimento da referência como também eles são a forma genuína de designação de particulares sobre a qual qualquer conhecimento de um objeto – seja ele por descrições ou pelo nome próprio – é dependente.

### 3. O Nome próprio na Linguística: Saussure e Benveniste

#### 3.1. A crítica da nomenclatura

O Curso de Linguística Geral, resultado de uma edição a partir de alguns manuscritos de Ferdinand de Saussure e outras anotações de seus alunos, foi considerado como obra fundadora da linguística, ao estabelecer a língua como objeto de estudo. Mas o que é a língua? A língua, para Saussure, é um sistema que se baseia na

<sup>2</sup> A teoria benvenistiana é um exemplo de teoria que aceita essa distinção entre signos plenos e vazios e será tratada no próximo tópico.

relação entre os seus constituintes, e isso implica em uma valorização do estudo do interior desse sistema e não de suas relações exteriores.

Podemos afirmar que definir a língua enquanto sistema autônomo é contrariar as diversas correntes linguísticas e filosóficas que postularam uma relação dos signos com os seus referentes. Dentre essas correntes, há a teoria ingênua da referência que defende que as palavras de uma língua referem-se diretamente aos objetos que designam, sem interferência semântica, ou seja, a ligação entre as palavras e os objetos não é intermediada pelo sentido e, desse ponto de vista, a língua é considerada uma nomenclatura.

A crítica saussureana a essa concepção é explícita no CLG: “Para certas pessoas, a língua, reduzida ao seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas.” (SAUSSURE, p. 79, 1973). Dessa forma, Saussure nega que a língua seja apenas uma lista dos objetos presentes no mundo. Entretanto, negar que a língua é uma nomenclatura não é negar que uma determinada classe de signos possua uma correspondência com os objetos. Nesse ponto, concordamos com Chiesa (2008):

Mais le rejet de la conception du langage comme une nomenclature n’implique pas le rejet de la nomenclature en tant que cas particulier du langage et par conséquent d’une série de mots, à savoir les noms, qui comportent une référence à des objets dont les locuteurs sont conscients. Il s’agit des lors de réexaminer la question de la nomenclature dans les écrits de Saussure. (CHIESA, p. 11, 2008)

Essa necessidade de reexaminar a questão da nomenclatura nos manuscritos saussurianos deve-se ao fato de que, apesar do nome próprio ser citado apenas uma vez no Curso de Linguística Geral, há indícios de que no início do século XX, especificamente no período compreendido entre 1900 e 1904, Saussure dedicou-se ao estudo dos topônimos e da onímica. De acordo com Testenoire (2008), (...) la question du nom propre a été, depuis le début des années 1900, au coeur des travaux scientifiques de Ferdinand de Saussure. De 1900 à 1904, en effet, toutes ses communications scientifiques sont consacrées à l’étude des toponymes de la région genevoise. (TESTENOIRE, p. 1006, 2008).

Os trabalhos científicos aos quais Testenoire (2008) se refere são, principalmente, duas comunicações proferidas à Société d’Histoire e d’Archéologie de Genève e intituladas: “Le nom de la ville d’Oron à l’époque romaine”(1901) e “Origine de quelques noms de lieux de la région genevoise”(1903). Sobre essa produção científica saussuriana que abarca, especificamente, a questão dos topônimos, é válido afirmar que ela parte de uma perspectiva diacrônica e, evidencia um estudo da referência por parte do genebrino. Além desses estudos, tem-se notícia também de elaborações saussurianas referentes à prática anagramática e das lendas germânicas, que possuem como foco principal a questão dos nomes próprios.

Nesse trabalho, entretanto, trataremos apenas das considerações saussurianas sobre os nomes próprios que estão presentes no CLG. Isto se justifica na medida em que o objetivo de nosso artigo é contrapor as concepções linguísticas e filosóficas acerca dessa categoria linguística.

Como dissemos anteriormente, há uma negação explícita da concepção da língua enquanto nomenclatura no CLG. Essa crítica será, de fato, retomada várias vezes no desenvolvimento da argumentação saussuriana. Podemos afirmar, por exemplo, que ao tratar da natureza do signo linguístico e determiná-lo como a união arbitrária de duas

entidades psíquicas, Saussure já estabeleceria que o referente não participa do funcionamento linguístico.

Além disso, parece-nos que a arbitrariedade é o princípio norteador desse esligamento<sup>8</sup> da referência em relação ao signo linguístico. Isso porque ao efetuar o deslocamento do princípio da arbitrariedade para o interior do signo, ou seja, entre significante e significado, Saussure separa o referente da constituição do signo linguístico. Essa oposição é contrária, por exemplo, àquela defendida na Antiguidade Clássica, na qual se afirmava que a ligação entre os nomes e as coisas possuía o estatuto de arbitrária. Segundo Gadet (1990), o princípio da arbitrariedade teria duas faces: uma linguística (entre significante e significado) e outra filosófica (entre o signo e o objeto) (cf. GADET, 1990 apud SILVA, p. 41).

Quanto a esse princípio, Saussure (1973) afirma que:

O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe. O princípio enunciado acima domina toda a linguística da língua; suas conseqüências são inúmeras. (SAUSSURE, p. 82, 1973)

Podemos considerar que ao afirmar que “é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe”, Saussure critica, mais uma vez, a concepção da língua enquanto nomenclatura – que é essencialmente aristotélica -, pois se a língua fosse uma lista de nomes que se referem a objetos determinados, essa ligação seria estabelecida de forma arbitrária. De acordo com as notas de Émile Constantin, referentes ao terceiro curso (1910-1911) ministrado por Saussure em Génève, pensar na língua como nomenclatura seria infantil: “C’est une méthode enfantine. Si nous l’adoptons pour un moment, nous verrons facilement en quoi consiste le signe linguistique et en quoi il ne consiste pas.” (E. CONSTANTIN, apud ENGLER, p. 148, 1989).

Mas e o nome próprio? De que forma ele aparece na teorização saussuriana do CLG na medida em que essa obra possui uma crítica intensa à concepção de língua como nomenclatura? É na parte dedicada a linguística diacrônica, no capítulo referente à analogia, que aparece o único comentário referente ao nome próprio no CLG. Esse comentário não elucida o problema da relação entre os nomes e os objetos que, aliás, não é citado:

As únicas formas sobre as quais a analogia não têm poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Génève, Agen etc.), que não permitem nenhuma análise e por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles. (SAUSSURE, p. 201, 1973)

Não há, portanto, nenhuma consideração mais profunda sobre a natureza ou função dos nomes próprios a partir da consideração que a língua é um sistema que possui uma ordem própria. O interessante nessa citação é a questão dos nomes próprios serem considerados como palavras isoladas, afirmação que parece indicar que essa categoria linguística constitui uma exceção à teoria dos signos, tendo em vista que não estabelece relações “horizontais” com os outros signos do sistema.

### 3.2. Benveniste: os dêiticos e os nomes próprios

A Teoria da Enunciação, na abordagem benvenistiana, propõe-se a trabalhar as marcas da subjetividade presentes na realização do discurso. Segundo muitos linguistas, essa corrente parte de conceitos teóricos saussurianos, como *língua* e *fala*, além de atribuir grande importância à ordem própria da língua. Entretanto, as correntes enunciativas muitas vezes modificam ou contrariam as noções saussurianas dando continuidade ao pensamento de Saussure, na medida em que o reconstróem. Acreditamos que nesse último caso Émile Benveniste pode ser enquadrado, já que segundo Flores e Barbisan (2009), ele considera a língua enquanto sistema de signos e, com o desenvolvimento de sua teoria, concebe o aparelho formal da enunciação. Segue, assim, um caminho distinto daquele sugerido por Saussure: parte da análise formal da língua, mas não se prende a ela, já que, tendo como foco o sentido, leva sua teoria ao encontro do discurso. Para Benveniste (2005), a língua não somente é como também significa: e essa característica principal explica todas as suas outras funções. (cf. BENVENISTE, 2005, p. 222).

No que diz respeito à relação entre Benveniste e Saussure, concordamos com Normand (2006) no sentido de que não há uma filiação e sim um encontro teórico, mesmo que, em alguns pontos, não houvesse concordância de ambas as partes:

Das diferenças impostas ou escolhidas, Benveniste, evidentemente, não dirá nada; o encontro dos dois só diz respeito à inteligência e ao amor, que lhes é comum, pela língua. No entanto, sobre o mesmo assunto, seria correto afirmar que houve acordo? E ainda, sobre o princípio maior da “arbitrariedade”: Benveniste nunca modificou a crítica feita em 1939 e conservada na antologia de 1966, uma vez que todos os artigos são posteriores à 1945: a ligação, dizia, não é só arbitrária do ponto de vista de Sirius, entre a coisa e o nome; entre o significante e o significado; é, ao contrário, para todo locutor, “necessária”. (NORMAND, 2006, p. 18).

É, portanto, um encontro teórico entre Saussure e Benveniste que faz com que alguns elementos cunhados pelo primeiro sejam utilizados pelo segundo, sem obedecer necessariamente ao que Saussure colocaria como função da linguística. A forma com que Benveniste desenvolve os conceitos de língua, fala e arbitrariedade de Saussure, abarca aspectos que vão além das considerações saussurianas, ou mesmo contra elas. No artigo “Natureza do signo linguístico”, publicado em 1939, por exemplo, a noção saussureana colocada em questão é a arbitrariedade. Se lembrarmos esse princípio, apresentado no *Curso de Linguística Geral* como o princípio primeiro do sistema linguístico, veremos que ele é colocado como interno ao signo:

O laço que une significante e significado é arbitrário, ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário. (SAUSSURE, 1979, p. 81).

O que Benveniste propõe no artigo supracitado é que essa relação arbitrária seja deslocada para a ligação entre o signo e o objeto extralinguístico, tendo em vista que, segundo ele, Saussure faz referência ao objeto físico inconscientemente. Como foi dito por Normand (2007), esse artigo foi conservado na antologia de 1966, apesar de ter sido escrito em um período anterior, o que nos leva a crer que Benveniste estava seguro com a crítica feita e com a argumentação desenvolvida.

Há duas consequências no deslocamento do princípio da arbitrariedade: a primeira é que ao afirmar que a relação entre signo e objeto é arbitrária, Benveniste pressupõe que alguns signos são dotados de certa positividade; e a segunda consiste no fato de que a relação interna ao signo, entre significante e significado torna-se necessária – esses dois termos são impressos em nossa mente concomitantemente, tornando-se indissociáveis. Segundo Normand (2007), é nesse momento que Benveniste separa-se de Saussure, tendo em vista que as considerações sobre o deslocamento do arbitrário insinuam uma preocupação com a relação entre o signo e o mundo, e, conseqüentemente, um afastamento dos postulados saussurianos:

Aqui Benveniste separa-se, sem o declarar, de Saussure. Ele nos diz que se trata somente de “ir além” no estudo da significação; na realidade, pode-se pensar que ele vai a outro lugar: retorno a uma fenomenologia que um estruturalismo metodológico não tinha recoberto, abertura para descrições integrando traços da subjetividade nos enunciados e sua presença ativa em toda enunciação. Nunca abandonar a língua, na sua matéria significante, em suas estruturas comuns, no seu aparelho “semiótico”, mas conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, com a comunicação sempre situada, com o “acontecimento inebriante” que é todo enunciado. Analisar “o semântico”: eis a aposta de Benveniste. (NORMAND, 2007, p. 19).

É dessa forma que Benveniste consegue reintroduzir, harmoniosamente, fatores que antes foram excluídos pelo corte epistemológico saussuriano: o sujeito e a referência. Mas as considerações de Benveniste não se restringem ao deslocamento do princípio da arbitrariedade. Podemos afirmar que em artigos posteriores ao “Natureza do signo linguístico”, esse linguista esboça um quadro conceitual da enunciação e, a partir dele, aborda a questão dos dêiticos e dos termos indexicais em consonância com a relação de referência.

Em *Aparelho formal da enunciação* (1970), por exemplo, Benveniste explicita uma elaboração sobre o conceito de enunciação, que será fundamental para a inserção de um falante ativo perante o funcionamento do sistema linguístico e, acreditamos que oferece também um espaço para conceber uma noção de referência dicotômica na medida em que, como veremos no desenvolvimento desse tópico, o falante utiliza a língua para se inserir em sua fala e estabelecer uma relação com o mundo.

O termo *enunciação* diz respeito ao ato individual de mobilização da língua: o sujeito coloca a língua em funcionamento, selecionando os caracteres que lhe convém para a expressão de uma ideia. A enunciação pode ser considerada, enquanto realização individual, como uma forma de apropriação: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Os índices específicos mobilizados pelo locutor para se colocar em sua própria fala são, segundo Benveniste, os indicadores de subjetividade (eu-tu) e os índices de ostensão (aquele, esse). Esses elementos só terão significado no processo enunciativo e possuem, portanto, uma estreita relação com a situação de discurso. A sentença “Eu tenho amigos aqui”, por exemplo, indica que o locutor – aquele que fala - possui amizades no local em que se encontra – a situação de discurso - no momento exato da enunciação.

Podemos afirmar que os índices de ostensão se enquadram no que denominamos anteriormente de elementos dêiticos, enquanto que os indicadores de subjetividade seriam os elementos indexicais. Essas duas classes de elementos possuem a capacidade

de se referir a objetos – de maneiras distintas - quando proferidos em uma sentença. É plausível afirmar, portanto, que a relação de referência, tal como é entendida na teoria de E. Benveniste, participa ativamente do processo de enunciação. Segundo Benveniste (1989):

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Com base no que foi exposto até agora, podemos afirmar que o falante, ao colocar a língua em funcionamento pela enunciação, utiliza-se de caracteres específicos para marcar sua presença na própria fala, da mesma maneira que também se utiliza de outros índices para inserir em sua fala a situação na qual se encontra. Esses últimos índices – de ostensão - serviriam para apontar um estado de coisas mutável ao mesmo tempo em que o termo que o designa é pronunciado. Os índices de pessoa, por sua vez, efetuariam um processo de referência do falante a si mesmo já que ao falar “Eu vou embora”, o pronome pessoal “eu” refere-se à mim, na medida que eu sou o locutor – nesse caso, se o locutor for outra pessoa e proferir a mesma frase, a referência será diferente. Há, portanto, uma diferença significativa na maneira com que esses elementos estabelecem a relação de referência com os objetos que se referem. Com base nisso, podemos afirmar que estamos diante de uma dicotomia referencial: os termos indexicais estabeleceriam uma relação *sui-referencial* enquanto que os elementos dêiticos estabeleceriam uma relação ontológica de referência.

Essa dicotomia também é evidenciada se lembrarmos o artigo “Natureza do signo linguístico” (2005) no qual Benveniste define a relação entre signo e objeto extralinguístico como arbitrária, enquanto que a relação entre significante e significado seria necessária. Acreditamos que os tipos de signo utilizados por Benveniste nesse artigo fazem parte da categoria dos nomes e seriam, especificamente, a subclasse dos nomes próprios e dos nomes de espécies. Levando em consideração a maneira com que essas subclasses são tratadas no artigo referido, é válido afirmar que se, por um lado, os elementos indexicais e as expressões dêiticas só adquirem sentido e referência no momento da enunciação, os nomes próprios e de espécies já carregariam consigo uma significação pré-definida, estabelecida entre o signo e o objeto por intermédio de uma convenção arbitrária.

Se continuarmos nosso percurso pela teorização de Benveniste (2005), encontraremos outras passagens nas quais ele afirma ou pressupõe uma relação entre as palavras e as coisas. No artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (2005), por exemplo, Benveniste afirma que existe um mecanismo complexo que relaciona língua e referência, no quadro formal da enunciação. Segundo o autor, é por intermédio do estudo do vocabulário que os historiadores, por exemplo, conseguem apreender testemunhos sobre a estrutura de uma sociedade em uma determinada época. Isso só seria possível porque há uma ligação entre língua e realidade.

De um ponto de vista sincrônico, ao analisarmos uma língua em um determinado período, é possível e evidente que encontraremos signos que se referem a objetos. O nome de um país ou de um rio, por exemplo, não muda constantemente e, se por algum motivo essa mudança ocorrer, a massa falante oferecerá certa resistência para acatá-la. Todavia, Benveniste afirma que haveria certa oscilação da referência, prejudicando assim uma correspondência exata entre os nomes e as coisas:

Os testemunhos que a língua dá desse ponto de vista só adquirem todo o seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência. Existe aí um mecanismo complexo cujos ensinamentos é preciso interpretar prudentemente. O estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram. (BENVENISTE, 2005, p. 100)

A referência seria mutável enquanto o nome que a designa seria permanente. Acredito que essa oscilação da referência só é perceptível do ponto de vista diacrônico e não anula uma correspondência entre os nomes e as coisas. Essa mutabilidade da referência resultaria, segundo Benveniste, na polissemia, ou seja, na capacidade de um único termo abrigar uma variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação (BENVENISTE, 2005, p. 100). Pode, então, haver um ou mais referentes denominados por um mesmo termo, sendo que, só será possível determinar em que caso um objeto específico é denominado se levarmos em consideração o momento no qual fazemos uso desse termo.

Por fim, é plausível afirmar que mesmo que a relação de referência seja abordada levando-se em consideração subclasses de nomes distintas – e que a estabelecem de maneiras distintas também – e que, de um ponto de vista diacrônico, a relação entre as palavras e as coisas pode ser modificada, Benveniste (2005) encara a língua, acima de tudo, como um instrumento de comunicação que possui, dentre outras funções, a de descrever e denominar a realidade na qual está inserido o processo de enunciação:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e ação; vemos dessa vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo, em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e, por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio. (BENVENISTE, 2005, p. 229).

#### **4. Conclusão**

É certo que os pontos de vista, aqui abordados, são diferentes: têm percursos em direções opostas, e conseqüentemente, objetivos distintos. Como dissemos anteriormente, a filosofia da linguagem tem o intuito de solucionar os problemas de linguagem presentes no discurso científico, dando ênfase à questão do valor de verdade, ou seja, a circunstância de uma sentença ser verdadeira ou falsa. A Linguística, ao contrário, não se preocupa com a verdade ou falsidade das sentenças e sim com o funcionamento do sistema linguístico. É por esse motivo que Saussure, por exemplo, não se detém nas relações extralinguísticas, o que acarreta em um afastamento da noção de nome próprio.

Em Benveniste (2005), a teorização sobre a categoria dos indexicais – ou indicadores de subjetividade – é mais sistemática e visa à consolidação do processo de enunciação na língua e à participação do falante nesse processo. Com base no estudo

das noções benvenistianas de enunciação, referência, arbitrariedade, concluímos que esse autor estabelece uma dicotomia, a saber, referência interna/referência externa. Essa dicotomia justifica-se na medida em que os pronomes pessoais e demonstrativos são marcas de subjetividade na língua e efetuam um processo interno de referência e de marcação de espaço/tempo do discurso. Em contrapartida, os nomes próprios estabeleceriam uma relação de referência fixa – mas sob influência do tempo – e seriam, portanto, considerados como signos plenos, positivos.

Já em Strawson(1980) percebemos que os dêiticos assumem uma posição privilegiada em relação à referência. É por intermédio deles – explícita ou implicitamente – que nomes próprios e descrições têm a possibilidade de se referir aos objetos. Esse autor, ao que nos parece, é aquele que mais se aproxima do que pretendíamos com o nosso estudo, já que, ao mesmo tempo que concebe um lugar de destaque às expressões indexicais não diminui a importância dos nomes próprios e, ainda, estabelece a utilização desses termos como fator determinante ao processo de referência.

Dessa forma, a conclusão a que chegamos é que não há como pensar em nomes próprios sem pensar na relação de referência tal como foi explicitado no início desse artigo. São essas expressões que evidenciam o princípio da arbitrariedade e a relação de sentido e referência, já que no caso dos dêiticos e das expressões indexicais, por exemplo, não há nenhuma motivação em suas relações com os objetos que designam, havendo uma dependência com o contexto de proferimento para que o referente dessas expressões seja determinado. Além disso, é nos pronomes demonstrativos e pessoais que o sentido pode ser considerado como um caminho para se chegar ao objeto, ilustrando assim a distinção entre sentido e referência. Portanto, independente do nome ou da abordagem teórica utilizada, ao se considerar a língua como meio de comunicação do homem com o homem e do homem com o mundo, é plausível afirmar que, fundamentalmente, a relação de referência é estabelecida no sistema linguístico com a utilização dos nomes próprios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. Natureza do signo linguístico [1939]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. A forma e o sentido na linguagem [1966]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. Estrutura da língua e estrutura da sociedade [1968]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação [1970]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BRANQUINHO, J., MURCHO, D. GOMES, N. Enciclopédia de termos lógicos-filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRITO, A. N. Nomes próprios: semântica e ontologia. Brasília: Editora UNB, 2003.

- CANÇADO, M. Manual de semântica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- FLORES, V. BARBISAN, L. B. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In: NORMAND, C. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V. TEIXEIRA, M. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GUIMARÃES, E. Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes Editores, 1995.
- NORMAND, C. Saussure-Benveniste. Revista Letras, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, jul/dez. 2006.
- PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica e Filosofia. Trad. Octanny S. da Mora e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PIRES, V.L. WERNER, K. C. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. Revista Letras, Santa Maria, n. 33, p. 145-160, jul/dez. 2006.
- SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1979.
- STRAWSON, P. F. Escritos lógico-linguísticos. In: Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.